

BOLETIM LGBTQT

Edição nº 9 • JUNHO/2018

COLETIVO
"PROF. FERNANDO
SCHUELLER"



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUT**



Editorial

Há dois anos – desde o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff – o Brasil vive uma de suas piores crises. Neste período assistimos a ascensão ao poder de forças conservadoras, que estabelecem um Estado de exceção, utilizando as instituições, sobretudo a Justiça, de forma seletiva. Assistimos o crescimento do ódio e da violência, especialmente contra os negros, indígenas, mulheres, LGBTQTs e também contra todos aqueles que ousam divergir do atual estado de coisas.

Outra característica do golpe é a concretização do regime político e econômico ultraliberal, que dilapida as

empresas estatais estratégicas para o desenvolvimento, como a Petrobras, e que ataca frontalmente os direitos da classe trabalhadora e as políticas públicas voltadas para as áreas sociais. Exemplos disto são a Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos na Saúde e Educação e outras áreas sociais por 20 anos; a aprovação da reforma trabalhista e a reforma da Previdência, que o governo planeja colocar em votação depois das eleições.

Relatório da Anistia Internacional divulgado em fevereiro apontou que a crise impactou diretamente os direitos humanos no Brasil e deixou um sinal de alerta em relação ao que pode estar por vir. Há um processo geral

de desarticulação das políticas públicas que acolhem a população LGBTQT. Um exemplo é a falta de políticas municipais e estaduais voltadas para o combate ao HIV, e o temor que o corte de verbas atinja as políticas de prevenção e tratamento efetivadas pelo SUS, que atente da totalidade do tratamento dos soropositivos no Brasil.

Precisamos neste momento defender a democracia e manter nossa luta e reivindicações por uma escola sem preconceitos de raça e de gênero, por uma escola pública de qualidade que acolha a todos, sem distinção.

Professora Bebel, presidenta da APEOESP

Eleições é o tema da 22ª Parada



No domingo 3 de junho, a avenida Paulista será novamente palco da Parada do Orgulho LGBTQT de São Paulo, que neste ano chega a sua 22ª edição e que terá como tema as eleições. Tanto o tema quanto o slogan "Poder pra LGBTQTI+, Nosso Voto, Nossa Voz" foram escolhido por ONGs, coletivos LGBTQTs e militantes independentes que organizam o evento.

A Associação da Parada do Orgulho LGBTQT de São Paulo (APOGLBT) divulgou uma justificativa, em forma de manifesto, explicando a escolha do tema: "Queremos que nessas e nas próximas eleições, nossas vozes sejam ouvidas nas urnas e fora delas, e que nossos votos nos representem de

fato (...) O fato é que a nossa luta, mesmo tendo conseguido tantos avanços na sociedade civil, sofre constantes reveses e ameaças das bancadas conservadoras. É como se a cada passo pra frente, fôssemos empurrados dois passos pra trás. Temos um Congresso que é tido como o mais conservador desde 1964, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Precisamos mudar essa situação, e urgente!"

Embora o tema seja eleição, a APOGLBT quer abolir a política do evento. Na verdade, quer fazer política sozinha, de acordo com o interesse de um grupo, querem evitar a campanha em defesa da democracia. Há

18 anos a APEOESP participa da Parada do Orgulho LGBTQT de São Paulo. Neste ano, não participará, pois sofreu um veto político de quem diz que não faz política.

AGENDA OFICIAL

31 de maio: 18ª Feira Cultural LGBTQT de São Paulo. Das 10 às 22 horas, no Vale do Anhangabaú.

1º de junho: 18º Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade 2018. Das 19 às 23 horas no Memorial da América Latina.

3 de junho: 22ª Parada do Orgulho LGBTQT de São Paulo. Das 10 às 18 horas, em frente ao MASP (avenida Paulista).

ÍNDICE:

Violência contra LGBTQTs cresce 30%

página 2

Deputados querem proibir termo "gênero" nas escolas

página 2

Uma escola sem homofobia

página 3

Vítimas da homofobia

página 4

Dicas de leitura

página 4

STF garante alteração de nome em registro civil em cartório

No dia 1º de março deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que transexuais e transgêneros podem alterar o nome no registro civil em cartório sem a necessidade de mudança de sexo.

O nome social é aquele com o qual a pessoa se identifica. É escolhido a partir de suas vivên-

cias e preferências, como os apelidos, que são respeitados. O mesmo não acontece com os transexuais e transgêneros. Tratá-los pelo nome social é uma forma de garantir sua dignidade humana e assegurar o pleno respeito às pessoas.

No Estado de São Paulo, o Decreto 55888/2010 garante o direito aos transexuais

e transgêneros de serem tratados pelo nome social em todos os órgãos públicos.

Aqueles que sofrerem qualquer tipo de discriminação devem procurar a Secretaria de Políticas Sociais da APEOESP para que o Coletivo LGBTQT possa encaminhar as demandas para a Secretaria da Educação e demais órgãos do Estado.

Violência contra LGBT cresce 30%

Pesquisa divulgada em janeiro deste ano pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) apontou um crescimento de 30% nos crimes relacionados à "LGBTfobia" em 2017 em relação a 2016. No ano passado, 445 LGBTs foram assassinados (uma morte a cada 19 horas) contra 343 casos registrados em 2016. Este é o maior número de casos desde que o monitoramento anual começou a ser elaborado pela entidade, há 38 anos.

Segundo o levantamento do GGB, 30,8% dos assassinatos foram cometidos por arma de fogo, seguida por armas brancas (facas, por exemplo) – 25,2% dos casos – mantendo a mesma tendência dos anos anteriores. Foram registrados ainda assassinatos por espancamento, degolamento, apedrejamento.

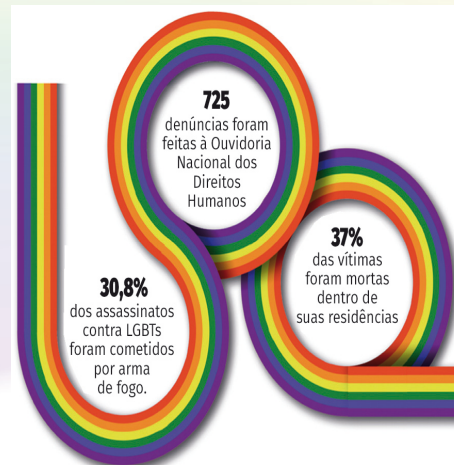
Para o fundador do GGB, Luiz Mott, os dados podem ser subestimados, uma vez que o levantamento é feito a partir de informações veiculadas pelos meios de comunicação. Mott reclama da falta de levantamento estatístico governamental. "Os números alarmantes são apenas a ponta do iceberg da violência, pois não há estatísticas sobre crime de ódio."

Entidades internacionais de direitos humanos apontam que no Brasil se matam mais LGBT do que nos países do Oriente Médio, onde gays, lésbicas, bissexuais,



transgêneros e travestis são punidos com a pena de morte.

Somente no primeiro semestre do ano passado, a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos recebeu 725 denúncias de violência, discriminação e outros abusos contra a população LGBT. Das 445 mortes registradas em 2017, 194 eram gays, 191 eram pessoas trans, 43 eram lésbicas e cinco eram bissexuais. Quanto ao local, 56% dos episódios ocorreram em vias públicas e 37% dentro da casa da vítima. Segundo o GGB, a prática mais comum com travestis é o assassinato na rua a tiros ou por espancamento. Já gays em



geral são esfaqueados ou asfixiados dentro de suas residências.

O estado com maior registro de crimes de ódio contra a população LGBT foi São Paulo (59), seguido de Minas Gerais (43), Bahia (35), Ceará (30), Rio de Janeiro (29), Pernambuco (27) e Paraná e Alagoas (23).

Disque 100

A denúncia é uma excelente estratégia contra a violência, o assédio e o preconceito. O Ministério dos Direitos Humanos mantém o Disque 100, um serviço de utilidade pública que funciona 24 horas por dia, inclusive em feriados e finais de semana, e é destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade.

Se você sofrer alguma violência física ou simbólica ligue gratuitamente para o Disque 100, que sistematiza as denúncias e oferece orientações de como conseguir apoio em sua região.

ANTRA lança mapa da violência

A ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) divulgou no dia 25 de janeiro o primeiro levantamento encomendado pela entidade sobre a violação dos direitos humanos da população de travestis e mulheres transexuais, o "Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017".

De acordo com o levantamento, no ano passado ocorreram 179 assassinatos de pessoas trans, sendo 169 travestis e mulheres transexuais e dez homens trans.

Minas Gerais, ainda de acordo com a ANTRA, é o estado brasileiro que mais registrou assassinatos, com vinte casos, seguido pela Bahia, com dezessete, por São Paulo e Ceará (16 casos cada um), por Rio de Janeiro e Pernambuco (14 casos). O Paraná aparece com oito crimes; Alagoas, Espírito Santo e Para, com sete; Mato Grosso, com 6; Amazonas, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, com 5; Tocantins, com três. Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Sergipe somam duas mortes cada. Acre, Amapá, Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima aparece com um assassinato em cada estado.

Comissão aprova "Escola sem partido"; texto proíbe uso do termo "gênero"

Embora o Ministério Público Federal já tenha considerado inconstitucional os diversos projetos de lei conhecidos como "escola sem partido" apresentados em câmaras municipais e assembleias legislativas, forças conservadoras na Câmara dos Deputados insistem em sua votação. No dia 8 de maio, a comissão especial instaurada na Câmara dos Deputados, capitaneada pela bancada evangélica, aprovou texto substitutivo favorável ao projeto de lei.

Assinado pelo deputado Flávio (PSC-SP), o substitutivo proíbe o uso da palavra "gênero" e da expressão "orientação sexual" em sala de aula, mesmo em disciplinas "facultativas ou complementares". Além desta questão, o texto prega a "neutralidade" do professor. Pelo texto apresentado, o professor "não fará propaganda político-partidária em sala de aula, nem incitará seus alunos a participarem de manifestações, atos públicos e passeatas". O substitutivo prevê ainda que o professor deve respeitar "o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral

que esteja de acordo com suas próprias convicções", tendo "os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa".

Não existe processo educativo neutro. A educadora paranaense Andréa Regina de Carvalho Gomes, em artigo publicado nos anais do XI Congresso Nacional de Educação, escreveu que "a escola deve respeitar a diversidade humana. Isso inclui o gênero e a diversidade sexual. Sabe-se que a educação não é um ato neutro, que há relação estreita entre o que cada um pensa e a sua prática pedagógica. (...) A educação é sempre uma ação política, portanto o gênero e a educação sexual devem fazer parte do currículo escolar desde a infância".

Relatório da Organização Pan-americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), publicado no dia 28 de fevereiro deste ano, apontou que o Brasil tem uma das maiores taxas de gravidez adolescente do mundo. A taxa mundial de gravidez ado-

lescente é estimada em 46 nascimentos para cada mil meninas de 15 a 19 anos; no Brasil, a taxa é de 68,4.

O relatório da OPAS/OMS dá uma série de recomendações para reduzir a gravidez na adolescência, entre elas a educação sexual. Documento Básico da Conferência Nacional de Educação, em 2008, recomenda o respeito à diversidade e às diferenças como um dos eixos orientadores das práticas pedagógicas. Para tanto, é necessário o reconhecimento dos direitos de coletividades quilombolas, negras, indígenas, pessoas com necessidades especiais, LGBTs, mulheres. Práticas que combatam o preconceito, a discriminação, o sexismo e a homofobia.

A concepção que dá embasamento à "escola sem partido" é autoritária. A APEOESP defende uma educação que leve o estudante a refletir a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas e ter como princípio a laicidade da educação pública, o respeito à diversidade sexual e o combate a qualquer tipo de preconceito e discriminação.

Na sala de aula

Caminhos para uma escola sem homofobia

Dinâmica 1 – Situações concretas de homofobia e o que seria possível fazer para superá-las

Objetivo: Refletir sobre as práticas pedagógicas e identificar possibilidades de transformá-las.







Material: Folhas de papel contendo, cada uma, as situações problemas a seguir; quadro, giz e apagador ou folhas de flipchart ou de cartolina e pincel atômico.

Tempo recomendado: 45 minutos

Procedimento:

1. Preparar antecipadamente 6 filipetas, cada uma contendo uma das situações-problemas a seguir.

Situações-problema:

-  Nem sempre jovens não heterossexuais encontram apoio em suas famílias.
-  Em geral, a presença de jovens não heterossexuais na escola gera discriminação, exclusão, assim como conflitos. Porém, o problema não está na sexualidade dessas/es jovens, mas no ambiente escolar hostil à não heterossexualidade.
-  Sabe-se que o gênero é construído socialmente por meio de agentes de socialização. A escola é um desses agentes e geralmente constrói sujeitos subordinados à norma da heterossexualidade dominante e, em consequência, produz homofobia.
-  Existe um desconhecimento sobre a realidade de LGBTs e outros sujeitos que, de uma ou outra maneira, se distanciam da norma heterossexual.
-  A diferença sexual está tão naturalizada e a heterossexualidade é tão permanentemente suposta que o debate sobre a diversidade de orientações sexuais, quando existe, gira em torno do caráter inato ou não da homossexualidade, e nunca em torno da reprodução e imposição da heterossexualidade por meio de agentes de socialização, como as escolas.
-  A sexualidade, em geral, assim como a orientação sexual e as identidades de gênero minoritárias, em particular, não é abordada nas aulas, a ponto de muitas/os jovens que não se incluem na norma heterossexual sentirem-se isoladas/os, excluídas/os e incompreendidas/os.

2. Formar grupos e distribuir a cada um deles uma das filipetas contendo uma situação-

-problema. Solicitar que reflitam sobre o que a escola poderia fazer para responder ao problema escrito.

3. Reunir a turma em plenária para apresentação e discussão das reflexões de cada grupo.

Pontos a considerar:

As respostas às situações-problema não existem desconectadas uma das outras. Isto significa que não se deve tentar superá-las de maneira pontual, isoladamente.

Fechamento:

Algumas propostas que poderão ser apontadas nas discussões:

1. Trabalhar com as associações de mães, pais e mestres no sentido de evitar rupturas entre mães/pais com as filhas e/ou filhos com orientação sexual e identidade de gênero distintas da norma socialmente imposta.

2. Melhorar o conhecimento sobre as sexualidades e as identidades de gênero no ambiente escolar, já que este é um dos caminhos para se reduzir a discriminação contra jovens LGBTs, seja na escola, seja na sociedade. Às vezes, é a falta de conhecimento e as atitudes das/os próprias/os professoras/es que representam obstáculo para essa melhoria. Às vezes, são as/os próprias/os estudantes que se encarregam de deixar de fora o tema da sexualidade, em geral, e o da homossexualidade, em particular.

3. Compreender como se lida com as normas da sexualidade e de gênero no âmbito educativo.

Dinâmica 2 – Projeto político-pedagógico e a diversidade

Objetivo: Elaborar um PPP com vistas à sua apresentação e discussão nas escolas.

Material: Cópias do texto do quadro a seguir.

Tempo recomendado: 1h30

Procedimento:





1. Copiar e distribuir o texto "O projeto político-pedagógico no contexto da inovação emancipatória", reproduzindo a seguir, para que cada participante leia em voz baixa. Solicitar que o analisem pessoalmente com-

parando duas afirmações com o processo político-pedagógico de sua escola.

2. Depois de 20 minutos, abrir o debate, ancorando a discussão sobre a diversidade sexual no PPP.

Pontos a considerar:

Caso não surjam, incluir perguntas, como:

-  Que semelhanças e diferenças vocês encontraram entre o que o texto citado propõe e o PPP da escola?
-  Que exemplo podemos citar em relação a gênero e sexualidade?
-  Ao desenvolvermos um PPP que contemple a diversidade sexual, com que formas instituídas na escola e mecanismos de poder estaremos nos confrontando?
-  Como conseguir um engajamento coletivo para um PPP inovador, que respeite as singularidades e invista na qualidade para todas/os?







Fechamento:

1. No caso de se ter a intenção de construir um PPP que garanta a diversidade sexual na escola, é necessário traçar estratégias que nos levem até lá. Um caminho é elaborar um ou vários planos de ação, ou seja, desenhar e implementar estratégias que permitam executar ações que criem inovações no ambiente escolar.

Estratégias dizem respeito ao planejamento minuciosos de atividades que visam à consecução de objetivos. Exigem que se atue dentro de uma sequência lógica. Inclui passos graduais de curto prazo, para alcançar progressivamente uma mudança fundamental no longo prazo.

Ações são atividades que se realizam diante de fatos cotidianos, em resposta às oportunidades que o próprio contexto escolar oferece.

2. Por que um PPP para enfrentar a homofobia e garantir a diversidade sexual na escola?

-  Pela necessidade de buscar soluções práticas para os problemas que afetam estudantes LGBTs.
-  Pela necessidade de sensibilizar todas as pessoas que frequentam a escola, sejam elas estudantes ou profissionais.
-  Para sensibilizar as famílias e a comunidade onde a escola se localiza.
-  Para identificar e analisar os problemas e capacitar a fim de definir e trazer soluções.
-  Para construir relações de respeito à juventude LGBT na escola.
-  Para criar e garantir uma escola sem homofobia.



O projeto político-pedagógico no contexto da inovação emancipatória

"O projeto político-pedagógico, no contexto da inovação emancipatória, enfatiza mais o processo de construção. É a configuração da singularidade e da particularidade da instituição educativa. [...] Inovação e projeto político-pedagógico estão articulados, integrando o processo com o produto porque o resultado final não é só um processo consolidado de inovação metodológica no bojo de um projeto político-pedagógico construído, desenvolvido e avaliado coletivamente, mas é um produto inovador que provocará também rupturas epistemológicas. Não podemos separar processo de produto.

"Sob esta ótica, o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos.

"Para modificar sua própria realidade cultural, a instituição educativa deverá apostar em novos valores. Em vez da padronização, propor a singularidade; em vez de dependência, construir a autonomia; em vez de isolamento e individualismo, a gestão democrática; em vez de cristalizar o instituído, inová-lo; em vez de qualidade total, investir na qualidade para todos." (Veiga, 2005, p. 15-16)

Matheusa: mais uma vítima da homofobia

Matheusa Passareli Simões Vieira desapareceu cinquenta dias depois do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. A confirmação da morte de Matheusa só chegou dias depois, quando a jovem já constava na lista da Delegacia da Descoberta de Paradeiros (DDPA). DE acordo com a Polícia Civil do Rio de Janeiro, a jovem foi assassinada na madrugada de domingo, 29 de abril, ao sair de uma festa no Morro 18, na Zona Norte da capital fluminense.

Matheusa era negra, periférica, não-binária – quando a pessoa não se reconhece no gênero masculino ou feminino –, estudante de Artes Visuais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e militante GLBT. Participava, como militante, de dois coletivos artísticos, “Seus putos”, formados por GLBTs, e “Xica Manicongo”. Em entrevista ao portal Ponte, Tertuliana Lustosa, amiga de Matheusa e sua colega de curso na Uerj, disse que ele “era

uma pessoa muito carinhosa, muto afetuosa, que acabava conquistando todo mundo, mesmo O jeito dela era muito cativante, era um carinho muito forte”, disse, para completar: “Conviver com ele era muito potente, a gente produzia muito artisticamente. Para mim, que fiz parte de dois coletivos de arte com ela, era inovador, porque ela estava sempre trazendo aprendizagens, sempre compartilhando isso com as pessoas”.

Dicas de Leitura



A princesa e a costureira

- Janaína Leslão
- Metanoia Editora

O livro conta a história da princesa Cíntia, que quando nasceu foi prometida em casamento para Febo, o príncipe do reino vizinho, para que se mantivessem os laços de amizade entre os reinos. Quando chegou a época da cerimônia, a princesa foi encomendar seu vestido e, então, conheceu a costureira Isthar, por quem se apaixonou. Quando Cíntia anunciou para os pais suas intenções com Isthar e disse que não mais se casaria com Febo, seu pai mandou que a prendessem na torre do castelo, pois desafiou o interesse e a tradição dos reinos, que dizia que moças deveriam se casar com rapazes. Para garantir um final feliz, a princesa e a costureira receberão ajuda da irmã da princesa, do próprio príncipe, da Fada Madrinha e de uma Agulha Mágica. O livro pretende auxiliar famílias e escolas, tanto na discussão sobre a diversidade humana como sobre a luta mais ampla pelos direitos das pessoas LGBT.



Meus dois pais

- Walcyr Carrasco
- Editora Moderna

Naldo não fica muito surpreso quando seus pais resolvem se separar. Afinal, os dois vivem brigando. Mas fica revoltado ao descobrir, por meio de colegas da escola, que o pai é gay. O garoto pede para ir morar com a avó, mas acaba entendendo que mais importante que a orientação sexual do pai é ter uma família que o ama.



Jamily, a holandesa negra

- Alyson Miguel Harrad Reis
- Editora Appris

Era uma vez um menino chamado Alyson... que queria ser um sujeito de afeto. Queria viver aquele amor que contavam que existia entre pais e filhos. Ele não era filho de ninguém, pois com 10 anos, já havia passado por sete abrigos diferentes. Sua vida não era um filme, mas às vezes, parecia. Sentia falta de saber como era ter uma família. Um dia a vida deu uma reviravolta e chegaram para conhecê-lo Toni e David. Pais homoafetivos?! No início houve um estranhamento e, simultaneamente, uma curiosidade. A esperança não se aquietava. Em pouco tempo os corações de Toni, David e Alyson se fundiram. Não dava mais para separar. Outra cidade, outra casa, outra escola, outra vida. Preconceitos ele tirou de letra e aprendeu com seus novos pais a militar em favor das minorias, inclusive da adoção. Quem diria, ele agora queria ajudar outros a ter uma família. Pode ver in loco que Alyson recebe uma educação de primeira linha de seus pais: coerente, clara e sistemática e repleta de afeto. Alyson, esse adolescente de 13 anos faz o que os adolescentes costumam fazer, mas também lê muitos livros e escreve como gente grande, resenhas de livros e artigos de jornais. Isso já é mais raro no mundo atual. Ao entrar no maravilhoso mundo da leitura decidiu aventurar-se em criar seu próprio livro, Jamily, a Holandesa Negra: a história de uma adoção homoafetiva, uma pérola, um presente para a conscientização acerca de uma nova cultura da adoção em favor das adoções necessárias. Alyson, o menino-esperança, menino-valente, menino-sorriso, agora também menino-militante, menino-intelectual e menino-compaixão. Recentemente a família recebeu Jéssica e Filipe e novas histórias estão por vir. Esse lindo livro precisa ser lido por todos.



Olivia não quer ser princesa

- Ian Falconer
- Editora Globinho

Ser princesa é a fantasia de todas as meninas. Todas? Não é bem assim. Que o diga a porquinha Olivia! Inquieta como sempre, e desta vez mais inconformada do que nunca, ela enfrenta uma crise de identidade infantil. Todas as suas amigas só querem saber de ser princesa, com vestido cor-de-rosa e varinha de condão. Olivia se pergunta: por que é que todo mundo tem de pensar do mesmo jeito, vestir as mesmas roupas, sonhar os mesmos sonhos? Ela queria ser diferente. Mas o que Olivia quer ser? Na nova aventura da série criada por Ian Falconer – Olivia não quer ser princesa, título recém-lançado pela Globinho –, a contestadora porquinha descobre que a vida é cheia de alternativas. E, usando toda sua criatividade e rebeldia, perturba os pais falando sobre as possibilidades de escolha que mais combinam com seu jeito todo próprio de ser. O que, afinal, Olivia gostaria de ser? O “papo cabeça” de Olivia com os pais em meio à rotina da família é entremeadado de cenas fantasiadas pela garotinha – tudo capturado pelo traço minimalista do autor na forma de ilustrações divertidíssimas.



Do jeito que a gente é

- Márcia Leite
- Ática Editora

Beá é uma menina de 14 anos que detesta sua aparência: é muito alta e magra. Além disso, vive em crise com sua mãe, que quer fazer dela uma perua. Chico é um garoto de 17 anos apaixonado por cinema. Ele está deprê porque o melhor amigo reagiu mal quando ele lhe contou que é gay. Apesar de caminhos tão distintos, as vidas de Beá e Chico vão se cruzar quando a mãe dela e o pai dele resolvem se casar. Agora os dois têm a mesma dúvida: será que vai ser tão ruim quanto parece?

Painel de Marielle é denificado

No dia 26 de maio, um painel com o rosto de Marielle Franco – vereadora do PSOL assassinada no Rio de Janeiro no dia 14 de março – sofreu ato de vandalismo, sendo atingido por tinta preta e vermelha. Além disso, frases que a exaltava também foram apagadas. O painel localizava-se na escadaria entre as ruas Cristiano Viana e Cardeal Arco Verde, em Pinheiros, São Paulo.



A viúva de Marielle, a arquiteta Monica Benífico ofereceu-se ao coletivo paulistano que instalou o painel para auxiliar os artistas na reparação. Em entrevista ao jornal “Folha de S. Paulo”, Monica classificou a ação como mais uma forma de silenciar as causas defendidas pela companheira.

expediente



Dirigentes responsáveis

Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP

Fábio Santos de Moraes
Vice-Presidente

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Stenio Matheus de M. Lima
Secretário de Comunicações Adjunto

Rita de Cássia Cardoso
Secretária de Políticas Sociais

Richard Araújo
Secretário Adjunto de Políticas Sociais

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Stenio Matheus de M. Lima
Leandro Alves Oliveira
Silvio de Souza
Rita de Cássia Cardoso
Richard Araújo
Fláudio Azevedo Lima
Miguel Noel Meirelles
Francisco de Assis Ferreira
Paula Cristina Oliveira Penha

Produção:

Secretaria de Comunicações da APEOESP

Edição enviada à gráfica no dia 29/05/2018

Tiragem: 15 mil exemplares